



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC II
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – DFCS

SAMARA RAQUEL DA SILVA COSTA

Uma introdução acerca das Meditações cartesianas

CAMPINA GRANDE – PB

2011

SAMARA RAQUEL DA SILVA COSTA

Uma introdução acerca das Meditações cartesianas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Ms. Carlos Eduardo de Sousa Lyra

CAMPINA GRANDE – PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

C837i Costa, Samara Raquel da Silva Costa.
Uma introdução acerca das meditações cartesianas.
[manuscrito]: /Samara Raquel da Silva Costa. – 2011.
20 f.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Filosofia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro
de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Me. Carlos Eduardo de Sousa
Lyra, Departamento de Filosofia”.

1. Existencialismo 2. Descartes 3. Meditações 3.
I. Título.

21. ed. CDD 142.78

SAMARA RAQUEL DA SILVA COSTA

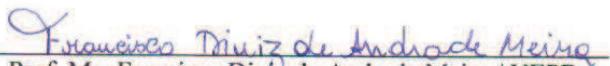
Uma análise acerca das Meditações cartesianas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

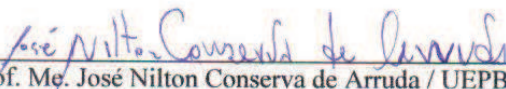
Aprovado em 05/12/2011.



Prof. Me. Carlos Eduardo de Sousa Lyra / UEPB
Orientador



Prof. Me. Francisco Diniz de Andrade Meira / UEPB
Examinador



Prof. Me. José Nilton Conserva de Arruda / UEPB
Examinador

Uma introdução acerca das *Meditações cartesianas*

Samara Raquel da Silva Costa¹
Ms. Carlos Eduardo de Sousa Lyra²

RESUMO

Descartes tem como principal fundamento a busca da verdade no que diz respeito ao conhecimento em geral, e aos objetos da ciência, em particular. Seu método está fundamentado em jamais aceitar por certo tudo aquilo que possua o mínimo grau de dúvida, a fim de se chegar ao verdadeiro conhecimento. O método cartesiano coloca em dúvida até mesmo a existência do próprio sujeito do conhecimento, que ele irá provar através do famoso “*cogito, ergo sum*” (penso, logo existo), ainda no *Discurso do Método*. Para reconhecer algo como verdadeiro, Descartes baseia-se sempre na razão, e para que essa mesma razão possa ser capaz de atingir um conhecimento claro e distinto acerca das coisas, ele formula e esclarece a necessidade da existência de Deus como garantia para a existência do sujeito do conhecimento e do próprio ato de conhecer. Ao longo de suas *Meditações*, Descartes apresenta seus argumentos de forma totalmente racional e sistemática, com exemplos claros e distintos que fundamentam e reforçam bem as suas ideias. O presente artigo visa apresentar uma síntese das *Meditações* feitas pelo filósofo.

PALAVRAS-CHAVE: Descartes. *Meditações*. Deus. Mente. Corpo.

RESUMEN

Descartes tiene como principal fundamento la búsqueda de la verdad con respecto al conocimiento en general, y los objetos de la ciencia en particular. Su método se basa en la duda no aceptar cualquier cosa que tenga el mínimo grado de duda, con el fin de llegar al conocimiento verdadero. El método cartesiano pone en duda incluso la existencia del sujeto de conocimiento, demostrará a través del famoso "*cogito, ergo sum*" (pienso, luego existo), aún en el *Discurso del Método*. Para reconocer algo como verdadero, Descartes se basa siempre en la razón, y por esta razón puede ser capaz de lograr un conocimiento claro y distinto de las cosas, se formula y se aclara la necesidad de la existencia de Dios como garantía de la existencia de sujeto del conocimiento y el acto mismo de conocer. A lo largo de sus *Meditaciones*, Descartes presenta sus argumentos en una completamente racional y sistemática, con ejemplos claros y precisos que apoyen y refuercen sus ideas. En este artículo se presenta un resumen de las *Meditaciones* del filósofo.

PALABRAS CLAVE: Descartes. *Meditaciones*. Dios. Mente. Cuerpo.

¹ Graduanda em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: quell.costa@hotmail.com

² Professor Orientador pelo Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. E-mail: ceslyra@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

René Descartes (31/03/1596 – 11/02/1650), físico, matemático e filósofo, escreveu várias obras, dentre elas estão: *Regras para a Direção do Espírito*, *Princípios de Filosofia*, *Geometria*, *As Paixões da Alma*, *Meditações Metafísicas (ou Meditações sobre a Filosofia Primeira)* e o *Discurso do (ou sobre) o Método*. Este último é um dos livros que constitui a base de toda a sua epistemologia, sendo dividido em seis partes. O filósofo francês conhecido como o “pai da Filosofia Moderna” é, também, considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental.

A partir do *Discurso sobre o Método*, Descartes põe em questão a sua própria existência, enquanto sujeito do conhecimento. Com isso, ele percebe que enquanto está duvidando, também está pensando e chega à conclusão que pode, então, duvidar de todas as outras coisas, menos do fato de que é uma coisa pensante. É assim que ele chega ao famoso “*cogito, ergo sum*” (penso, logo existo). Ele explica que seu objetivo ao escrever o *Discurso* não era o de criar ou revelar um método absoluto para todas as situações, mas apenas mostrar o método escolhido por ele para usar em seus próprios estudos, baseando-se inteira e puramente na razão.

Já as *Meditações Metafísicas* ou *Meditações sobre a Filosofia Primeira*³, que trataremos aqui, foram escritas em latim no ano de 1641. É nesta obra, subdividida em seis partes, que o filósofo aplica seu método no que diz respeito à existência de Deus e à imortalidade da alma⁴. Ele aprofunda sua investigação a cerca da existência de Deus de forma puramente racional, independentemente da fé que se tenha ou não.

Na *Primeira Meditação*, ele expõe as causas que dão origem às dúvidas, principalmente em relação às coisas materiais. Em seguida, na *Segunda Meditação*, ele trata de questões da natureza do espírito humano e de como é mais fácil conhecê-las do que o próprio corpo. Já na *Terceira Meditação*, sendo esta uma das maiores, Descartes se atém em

³ A obra-prima filosófica de Descartes foi escrita em latim e publicada, pela primeira vez, em Paris, em 1641, sob o título de *Meditationes de prima philosophia*. O subtítulo acrescenta “em que se demonstram a existência de Deus e a imortalidade da alma”; entretanto, ao comentar a expressão “filosofia primeira”, Descartes explicou a Mersenne que “a discussão não se confina a Deus e à alma, mas trata de todas as coisas primeiras a serem descobertas pela filosofia” (carta de 11 de novembro de 1640, AT III 235: CSMK 157). (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 111)

⁴ Em nenhum momento de sua vida, ao que parece, Descartes chegou realmente a pôr em questão a verdade da doutrina cristã da imortalidade da alma. A sobrevivência *post-mortem* significava, para ele, a continuidade da existência do eu pensante essencial: “este ‘eu’, isto é, a alma que me faz ser o que sou, não deixaria de ser o que é ainda que o corpo não existisse” (AT VI 33: CSM I 127; quando se referia ao termo da consciência, Descartes não fazia qualquer distinção entre os termos “mente” e “alma”: cf. Resumo das Meditações, AT IXA 10: CSM II 10). (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 17)

provar a existência de Deus da forma mais racional possível, afirmando que a ideia de Deus existe em nós de forma inata, pois “(...) *é impossível que a ideia de Deus não tenha o próprio Deus como sua causa*” (DESCARTES, 2000, p. 244). Na *Quarta Meditação*, ele trata das coisas tidas como verdadeiras ou falsas, investigando em que consiste a razão dos erros e enganos cometidos por nós. Na *Quinta Meditação*, por sua vez, Descartes retoma a tentativa de provar a existência de Deus acrescentando-lhe novas razões, além de tratar da essência das coisas materiais. Por último, na *Sexta Meditação*, ele trata da existência das coisas materiais, fazendo, em seguida, a real distinção entre a mente e o corpo humano. Descartes diferencia a ação do entendimento da ação da imaginação, mostrando os sinais desta distinção. Por fim, são apresentadas as razões pelas quais podemos ter certeza da existência das coisas corporais que, antes, foram postas em dúvida.

2. A PRIMEIRA DÚVIDA

Na *Primeira Meditação*, Descartes argumenta sobre a dúvida metódica e sistemática que ele introduziu ainda no *Discurso do Método*⁵, mas agora de uma forma mais detalhada. O filósofo afirma, mais uma vez, que não se deve dar crédito algum às coisas que não forem puramente certas e indubitáveis. Ele afirma que “(...) *o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas.*” (DESCARTES, 1983, p. 93).

Descartes trata da dúvida hiperbólica, isto é, uma dúvida totalmente metódica, sistemática e generalizada. Nota-se, então, que não se trata apenas da dúvida vulgar, a de duvidar por duvidar, mas a de duvidar com o propósito de se chegar a real verdade das coisas, considerando sempre como falso tudo aquilo que for duvidoso de qualquer maneira.

Em seguida, ele explica que, até então, tudo o que aprendera por verdadeiro e seguro veio por intermédio dos sentidos. Mas esses mesmos sentidos são capazes de nos enganar. Em relação a isso, Descartes afirma: “(...) *experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.*” (DESCARTES, 1983, p. 94).

Com isso, ele reforça a sua ideia de que os sentidos nos enganam no que se refere às coisas que forem pouco sensíveis e muito distantes, pois há outras que, mesmo conhecidas

⁵ Seu título completo é *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison, et chercher la vérité dans les sciences* (“Discurso sobre o método de bem conduzir a razão e buscar a verdade nas ciências”). O volume incluía três outras obras publicadas sobre o título “*Ensaaios deste método*”, a saber, a *Ótica*, a *Meteorologia* e a *Geometria*. Em 1644 publicou-se em Amsterdam uma tradução latina do *Discurso* e dos *Ensaaios* (omitindo-se a *Geometria*). (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 52)

pelos sentidos, não se podem duvidar. Os sentidos são postos como o primeiro grau da dúvida, nos fazendo duvidar de maneira sistemática das nossas próprias percepções⁶ sensíveis.

Logo mais, Descartes segue para o segundo grau da dúvida que ele aponta ser os sonhos⁷, ampliando a todo o conhecimento sensível ou ao seu conteúdo.

A respeito dos sonhos, ele diz:

Quantas vezes ocorreu-me sonhar, durante a noite, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? [...] Lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. (DESCARTES, 1983, p. 94)

Com isso, o filósofo expõe a sua preocupação e dificuldade em distinguir a vigília do sono, chegando a ficar confundido sem saber se está realmente acordado ou dormindo e sendo enganado pelos próprios sonhos.

Descartes faz uma comparação entre os sonhos e as obras de arte, dizendo que as obras não podem ser formadas senão por “*semelhança de algo real e verdadeiro*”. Desse mesmo modo, há coisas simples e universais que são verdadeiras e existentes, e são também uma mistura da realidade que formam todas as coisas residentes em nosso pensamento, sejam elas verdadeiras e reais ou fictícias e fantásticas.

Descartes define a natureza corpórea, dizendo o seguinte:

Desse gênero de coisas é a natureza corpórea em geral, e sua extensão; juntamente com a figura das coisas extensas, sua quantidade, ou grandeza, e seu número; como também o lugar em que estão, o tempo que mede sua duração e outras coisas semelhantes. (DESCARTES, 1983, p. 95)

Em seguida, ele faz uma distinção das ciências naturais e exatas, afirmando que as ciências naturais como a Física, a Astronomia e a Medicina são duvidosas e incertas; enquanto as exatas como, por exemplo, a Aritmética e a Geometria contém algo de certo e indubitável, uma vez que estas tratam de coisas simples e gerais. Nota-se, então, que estas últimas são deixadas de fora do método da dúvida utilizado por Descartes:

Pois, quer eu esteja acordado, quer esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza. (DESCARTES, 1983, p. 95)

⁶ Embora no uso moderno o termo “percepção” geralmente se refira a processos sensoriais, como visão e audição, Descartes reserva o verbo “perceber” (em latim, *percipere*) para designar a apreensão puramente mental do intelecto, como na célebre regra “tudo o que clara e distintamente percebo é verdadeiro” (AT VII 35: CSM II 24). (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 134)

⁷ Em sua busca por fundamentos novos e confiáveis para o conhecimento, um dos principais argumentos que Descartes utiliza para abalar as teses de suas crenças anteriormente sustentadas é o chamado “argumento do sonho”. Apresentado em sua forma mais completa na Primeira Meditação, o argumento baseia-se na ideia de que “não há marcas precisas que diferenciem a vigília do sono” (AT VII 19: CSM II 13). Por essa razão, qualquer proposição que o meditador declare sobre objetos “exteriores” (incluindo-se o que está fazendo com o seu próprio corpo) são vistas como suspeitas. (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 145)

Outro ponto importante argumentado por Descartes nessa Meditação é o que ele chama de “Deus enganador” e “gênio maligno”⁸. Primeiramente, ele reconhece a existência de um Deus que é onipotente e pelo qual foi criado, mas logo em seguida, questiona-se sobre a possibilidade de que esse Deus seja enganador, fazendo com que ele creia em tudo o que vê da maneira que quisesse.

Porém, o fato de Deus ser soberanamente bom anula a ideia de que pudesse ser um Deus enganador. Com isso, a ideia do Deus enganador é substituída pela ideia do gênio maligno. Ele afirma:

Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me. (DESCARTES, 1983, p. 96)

Para Descartes, o gênio maligno é capaz de enganá-lo de tal forma que, até mesmo, o céu, o ar, a terra, a água e todas as outras coisas exteriores poderiam ser meras ilusões a fim de surpreendê-lo em sua própria credulidade.

Desse modo, Descartes conclui a primeira de suas Meditações, obstinadamente apegado a esse pensamento, como ele próprio descreve. Pois, mesmo que não consiga chegar ao conhecimento da verdade, ele acredita poder suspender seu juízo, quando verificar em sua crença a ausência de qualquer indício de falsidade.

3. A NATUREZA DO ESPÍRITO HUMANO

Na *Segunda Meditação*, Descartes continua duvidando das coisas. Ele supõe que todas as coisas são falsas e que em sua memória⁹ só existem mentiras, que não há nenhum dos sentidos e, sendo assim, chega à hipótese de que não há nada de certo no mundo:

Suponho, portanto, que todas as coisas que vejo são falsas; persuado-me de que jamais existiu de tudo quanto minha memória referta de mentiras me representa; penso não possuir nenhum sentido; creio que o corpo, a figura, a extensão, o movimento e o lugar são apenas ficções de meu espírito. O que poderá, pois, ser considerado verdadeiro? (DESCARTES, 1983, p. 98)

Desse modo, o filósofo propõe algumas ideias para se chegar à primeira certeza, que é a sua própria existência¹⁰. Ele considera que está sendo enganado e, sabendo disso, se

⁸ O gênio maligno representa a dúvida extrema ou “hiperbólica”, levada a seu limite último; sua aparição prepara o terreno, portanto, para Descartes chegar a seu “ponto arquimediano” – a certeza do meditador quanto a sua própria existência, que sobrevive a todos os esforços do gênio para enganar de todas as maneiras possíveis. (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 72)

⁹ Além da memória corpórea, Descartes postula, no caso dos seres humanos, uma memória conceitual ou ‘intelectual’ que permite armazenar conceitos e significados; e esta, ele insiste, pode ser atribuída a uma alma completamente imaterial. (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 113)

questiona se tais pensamentos são postos em sua mente ou se é ele mesmo quem produz tais pensamentos¹¹, enganando-se a si próprio sem que perceba.

Descartes duvida de ser algo e se é dependente do corpo e dos sentidos, aos quais não possa viver sem eles. Mas logo em seguida conclui que, sem dúvida alguma, ele existe realmente, pois se há alguém tentando enganá-lo, então não há dúvidas de sua existência:

Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. (DESCARTES, 1983, p. 100)

O que está à prova não é a verdade ou a falsidade das coisas em si, mas a existência de si por meio da razão. Por isso, ele refuta antigas opiniões e descarta qualquer conceito religioso que seja posto. Exclui, também, qualquer comparação feita em relação aos animais já que estes, para o filósofo, são desprovidos de quaisquer pensamentos.

Com isso, Descartes retoma a questão dos sentidos, argumentando que existe em si muita coisa em que não haveria como não pertencer a ele, ainda que essas ideias fossem meras ilusões não poderia deixar de pensá-las. Pois mesmo que imagine receber informações do mundo exterior através dos sentidos ou alguém diga que esteja sonhando, é dessa forma que ele sente e ouve.

Descartes explica que não se pode impedir de acreditar nessas coisas corporais, como os sentidos e as imagens que formam o seu pensamento, pois há coisas mais duvidosas e distintas que são mais conhecidas do que as verdades que pertencem à sua natureza, ou seja, ele conhece mais as coisas do mundo exterior, mesmo sabendo que poderiam ser somente ilusões, do que o seu próprio ser, que é algo verdadeiro.

Dessa forma, Descartes afirma ainda que o pensamento é a única coisa que lhe pertence:

[...] e verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim. Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso; pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu

¹⁰ A existência é descrita por Descartes como uma natureza “comum” e simples, já que se aplica indiferentemente tanto às coisas corpóreas quanto às mentes ou espíritos (AT X 419: CSM I 45. *Ver NATUREZAS SIMPLES*). (COTTINGHAM, John. *Dicionário Descartes*, 1995, p. 63)

¹¹ O pensamento (em latim *cogitatio*, em francês *la pensée*) é o atributo definidor de uma mente ou “coisa pensante”. Por vezes, Descartes parece usar “pensamento” em um sentido intelectualista escrito, como quando define “coisa pensante” como “mente, inteligência, intelecto ou razão” (AT VII 27: CSM II 18); assim, a validade do argumento do COGITO ERGO SUM pode residir no fato de que duvidar de que penso é algo que se refuta a si mesmo, uma vez que a dúvida é uma instância do pensamento. [...] Na verdade, Descartes distingue dois modos principais de pensamento – um modo ativo (volição ou vontade) e um modo passivo (intelecção ou entendimento) (ver PAIXÕES). Finalmente, a IMAGINAÇÃO e a INTELECÇÃO são também classificadas como modo de pensamento, se bem que de um tipo especial, uma vez que envolvem a ocorrência de atividade física, bem como de atividade mental (ver SER HUMANO). (COTTINGHAM, John. *Dicionário Descartes*, 1995, pp. 133-134)

deixasse de pensar, deixaria o mesmo tempo de ser ou de existir. (DESCARTES, 1983, pp. 101-102)

Assim, ele prossegue em investigar essas questões dos sentidos com cautela e precisão. Para isso, Descartes inicia pelas coisas mais comuns, como os corpos que tocamos e vemos. O filósofo escolhe alguns corpos em particular para explorar e desenvolver suas ideias, por exemplo, um pedaço de cera.

Uma cera que foi retirada da colmeia, mantendo seu aroma e doçura. É dura e fria, e quando se toca ou bate nela produz um tipo de som. Sua cor, figura e grandeza são concebidas como aparentes. Mas ao aproximá-la do fogo, suas características percebidas por meio dos sentidos mudam, por exemplo, seu sabor e sua cor mudam, sua figura se perde, sua grandeza aumenta e, quando líquida, não produz mais som.

A partir disso, Descartes levanta algumas questões: Será que permanece a mesma cera depois da mudança? Ele acredita que sim e ninguém pode negar. Pois então, o que há na cera com tanta distinção que ainda a reconhece? Pelos sentidos a cera não é doce, não é aromática, não apresenta a mesma figura e não apresenta som, mas continua a mesma. Então, o que é a cera precisamente? Longe de todas as coisas que não a pertence, restam apenas: algo extenso, flexível e mutável. Nesta apresentação temos a exclusão de todas as características que seriam obtidas pelos sentidos e deixados apenas o que seria obtido pela razão.

Para Descartes, flexível e mutável são diversas formas que a cera ou outra matéria poderia se constituir em detrimento de suas mudanças. E o extenso, não é obtido pelos que os sentidos dizem, mas apenas por ser uma inspeção do espírito (racionalização) a qual pode ser imperfeita e confusa, ou clara e distinta. No atual momento de sua atenção, ele se volta mais ou menos à composição da cera.

Descartes se espanta ao analisar que o seu espírito (razão) apresenta fraqueza ao pensar, no sentido de levá-lo ao erro. O filósofo se vê quase enganado por considerar que a cera é conhecida pelos sentidos, desconsiderando o seu espírito (razão), isto é, aceitar algo que provém apenas dos sentidos como verdadeiro e descartar o esclarecimento obtido pela razão é, simplesmente, enganar-se sobre a verdade.

Desse modo, para Descartes o homem que queira elevar o seu grau de conhecimento deve se desfazer das conclusões precipitadas, ou seja, sem critério algum. Sua indicação é conhecer as coisas por meio apenas da razão, excluindo todas as dúvidas possíveis até chegar ao conhecimento indubitável, por exemplo, distinguindo a cera de suas aparentes características exteriores obtidas pelos sentidos de tal modo que encontre algo comum a

qualquer outra substância¹². E assim, mesmo que reste alguma dúvida ao final do processo não poderá descartar o modo do espírito (razão) de chegar à verdade.

Depois de apresentar todas as suas ideias, Descartes encerra com a seguinte questão: O que poderá dizer de si mesmo? Apenas que o seu espírito existe, pois poderá ocorrer que tanto a cera quanto o seu corpo não existam, ou seja, independente da hipótese da cera existir ou não o seu pensamento continuará existindo. Por outro lado, se a noção obtida sobre a cera é mais clara e evidente pela razão, e como fazer o uso da razão também encontra algo de sua existência mais do que a cera, logo é mais fácil conhecer o espírito que se encontra em si do que a cera que está no mundo exterior.

Assim, o filósofo afirma estar de volta onde queria já que a razão é a forma de encontrar o conhecimento seguro. Portanto, para ele é mais fácil de conhecer o espírito do que as coisas materiais.

4. DEUS

Na *Terceira Meditação* Descartes abandona os sentidos, deixando-os de lado e ocupando-se somente daquilo que há em seu interior:

Fecharei agora os olhos, tamparei meus ouvidos, desviar-me-ei de todos os meus sentidos, apagarei mesmo do meu pensamento todas as imagens de coisas corporais, ou, ao menos, uma vez que mal se pode fazê-lo, reputá-las-ei como vãs e como falsas; e, assim, entretendo-me apenas comigo mesmo e considerando meu interior, empreenderei tornar-me pouco a pouco mais conhecido e mais familiar a mim mesmo. (DESCARTES, 1983, p. 107)

Em seguida, ele afirma mais uma vez ser uma coisa pensante e que as coisas que sente e imagina talvez não sejam nada fora dele e nelas mesmas. Porém, ele tem certeza de que os sentimentos e as imaginações¹³ se encontram nele, apenas na medida em que são formas distintas de pensar.

¹² Promovendo sua célebre teoria dualista da substância, Descartes propõe a ideia de que “para cada substância há um atributo principal; no caso da mente, trata-se do pensamento; e, no caso do corpo, é sua extensão” (Princípios, Parte I, art. 53); todas as características que podem ser atribuídas como predicados a mentes e corpos são redutíveis a MODOS de um ou outro desses atributos. Assim, “podemos facilmente ter duas noções ou ideias claras e distintas, uma de substância pensante criada, e outra de substância corpórea” (art. 54; a esta lista acrescenta-se a ‘ideia clara e distinta de uma substância pensante independente e incriada, isto é, Deus’). (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, pp. 146-147)

¹³ O entendimento ou intelecção é, para Descartes, uma faculdade puramente cognitiva, que poderia funcionar na ausência de qualquer substrato físico; a imaginação, ao contrário, é a “aplicação da faculdade cognitiva a um corpo que se faz intimamente presente a ela, e que portanto existe” (AT VII 72: CSM II 50). (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 82)

A certeza de ser uma coisa pensante e não extensa é clara e distinta. E, para Descartes, todas as coisas que são concebidas como claras e distintas são verdadeiras. Contudo, ele admite que muitas vezes se deparou com coisas muito certas e patentes, mas depois reconheceu-as como duvidosas e incertas. Todas elas se davam por intermédio dos sentidos. E de alguma forma as ideias e os pensamentos dessas coisas se apresentavam ao seu espírito, pois se originavam das ideias que eram semelhantes a outras, fazendo com que ele se enganasse.

Em relação aos pensamentos, Descartes defende que alguns deles são como as imagens das coisas; outros possuem formas; outros são chamados de vontades ou afecções e outros de juízos. Ele diz que as vontades ou afecções são tão próximas e, ao mesmo tempo, subjetivas que são sempre verdadeiras, já que podemos temer ou desejar algo que não existe:

Não é preciso também que se possa encontrar falsidade nas afecções ou vontades: pois, ainda que possa desejar coisas más, ou mesmo que jamais existiram, não é por isso, todavia, menos verdade que as desejo. (DESCARTES, 1983 p. 109)

Já os juízos, podem ser falsos com exceção daqueles juízos de semelhança, nos quais relacionam as ideias aos objetos exteriores, que foram postos em dúvida.

As vontades não dizem respeito a nenhum objeto, mas ao sujeito. Ao contrário dos juízos, que sempre dizem respeito ao objeto, misturando um elemento duvidoso à verdade subjetiva das ideias.

Investigando, então, as ideias Descartes conclui que elas podem ser de três espécies: as primeiras correspondem às ideias que se originam fora de si, sendo apreendidas do mundo através dos sentidos; as segundas correspondem as ideias originadas pela própria imaginação; e as últimas que diz respeito a ideia de Deus, as quais não se podem ser apreendidas pelos sentidos, uma vez que não há semelhança com as coisas externas e muito menos tem ligação alguma com a imaginação já que as qualidades atribuídas a Deus são tão grandes que ele próprio não poderia tê-las inventado como, por exemplo, ser uma substância infinita, eterna, imutável, onipotente, onisciente e criador de todas as outras coisas.

Nota-se que a ideia da existência de Deus tem papel fundamental nas teorias cartesianas. Primeiramente, Deus surge com a característica de enganador, mas agora a ideia de Deus é posta de forma inata e se torna um elemento norteador para a ação do pensamento humano. Descartes afirma:

[...] Deus existe; pois ainda que a ideia da substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, eu não teria, todavia, a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita. [...]

A ideia, digo, desse ser soberanamente perfeito e infinito é inteiramente verdadeira; pois, ainda que talvez se possa fingir que um tal ser não existe, não se pode fingir, todavia, que sua ideia não me representa nada de real. [...]

Esta mesma ideia é também mui clara e distinta porque tudo o que meu espírito concebe clara e distintamente de real e verdadeiro, e que contém em si alguma perfeição, está contido e encerrado inteiramente nessa ideia. (DESCARTES, 1983, pp. 115-116)

Portanto, a ideia de Deus só pode ter surgido nele, pelo próprio Deus. Pois se Deus é um ser perfeito, além da eternidade, a perfeição exige também os atributos citados há pouco, como infinitude, onipotência, onisciência e, até mesmo, a existência. Aqui surge a relação de causa e efeito, na qual diz que se eu posso conceber um ser perfeito, então esse ser perfeito, necessariamente, existe e é a causa da ideia do ser perfeito que eu tenho de forma inata:

[...] concludo tão claramente a existência de Deus e que a minha depende inteiramente dele em todos os momentos de minha vida [...]. (DESCARTES, 2000, p, 291)

Com isso, a ideia do gênio maligno ou do Deus enganador é derrubada de vez. Pois as qualidades de Deus são eminentes demais para se originarem dele mesmo (de Descartes). Levando-nos à ideia da existência de um Deus que garante a verdade das ideias claras e distintas das coisas.

É assim que Descartes conclui a terceira de suas *Meditações*. Ele acredita ser conveniente e importante uma profunda reflexão da existência de Deus, como ser perfeito e criador de todas as coisas.

5. A NATUREZA DOS ERROS E ENGANOS

Na *Quarta Meditação*, Descartes retoma a regra geral da verdade, afirmando que toda ideia clara e distinta é verdadeira, e a hipótese do Deus enganador, que é vencida através da prova da existência de Deus. Com isso, ele conclui que bastaria realizar juízos apenas com ideias claras e distintas, evitando ao máximo as ideias confusas para não cair no erro.

Dessa forma, Descartes segue investigando a natureza do erro e a analisa sob duas perspectivas: uma epistemológica e outra metafísica. A primeira, explica o erro a partir de uma análise das faculdades da substância pensante. Já a segunda, explica a existência de um criador perfeito.

Questionando a origem do erro e analisando a sua natureza, pode-se dizer que a investigação cartesiana sugere três hipóteses: (1) o erro é o efeito de um poder que Deus nos

deu; (2) o erro é fruto de uma negação; ou (3) o erro é fruto de uma privação.

A primeira hipótese logo é descartada, pois Deus não nos deu nenhuma faculdade positiva que causasse o erro e, por isso, não deveríamos falhar. Com isso, Descartes passa para a segunda hipótese, sendo apresentada não apenas a ideia real e positiva de Deus, mas também uma ideia negativa do nada, uma vez que nós estamos como intermediários entre Deus e o nada, entre o ser e o não-ser. Portanto, se não posso errar enquanto criatura de Deus, posso errar enquanto partícipe do nada. Desse modo, Descartes conclui que o erro significa uma carência, ou seja, a ausência de perfeições. Isso porque o poder de discernir o verdadeiro do falso que nos foi dado por Deus não é infinito.

No entanto, Descartes não se dá por satisfeito e continua sua análise, afirmando que o erro é a privação de algo que deveríamos ter e não apenas a falta de alguma perfeição. Somos privados de conhecimentos que deveríamos ter, mas não temos. Portanto, para o filósofo, a hipótese mais adequada para a origem é esta última, a da privação:

[...] porque o equívoco (erro) não é uma pura negação, ou seja, não é a simples carência de alguma perfeição que me é devida, mas sim uma privação e algum conhecimento que parece que eu deveria ter. (DESCARTES, 2000, p. 293)

Contudo, Descartes prossegue sua investigação a fim de analisar como essa privação ocorre de forma concreta na substância pensante. Para isso, ele começa a problematizar o erro sob uma perspectiva epistemológica. Nessa visão, o filósofo aponta que o erro pode ser ocasionado por duas faculdades: o entendimento e a vontade.

De acordo com Descartes, o entendimento tem apenas a função de conceber ideias e a princípio não possuindo nenhum erro. Porém, o entendimento é finito e limitado, ou seja, ele não concebe todas as ideias. Mas concebe as ideias que são não só claras e distintas, como também as confusas. Apesar disso, Descartes afirma que o entendimento é perfeito, pelo fato de ter sido criado por Deus; e sua perfeição se dá pelo fato de fazer aquilo para o qual foi criado, isto é, conceber ideias.

Já a vontade, para Descartes, é a capacidade de fazer ou deixar de fazer algo de forma livre. Sendo que a vontade é infinita na medida em que o poder do sim e do não é uma escolha que pode ser aplicado em todo e qualquer conteúdo, seja ele claro e distinto ou confuso. Em outras palavras, enquanto o entendimento é pequeno e limitado, a vontade é ampla e infinita, pois se aplica a todas as ideias do entendimento. Tal vontade é aplicada até mesmo nas coisas que não entendo, me fazendo errar:

[...] por ser a vontade muito mais ampla e extensa que o entendimento, eu não a contendo nos meus limites, mas a estendo também às coisas que não entendo; das quais, sendo a vontade por si indiferente, ela se perde muito facilmente e escolhe o mal pelo bem ou o falso pelo verdadeiro. O que faz com que eu me equivoque e cometa pecado. (DESCARTES, 2000, p. 297)

Em síntese, embora a substância pensante possua a faculdade de conceber ideias limitadas, o seu poder de escolha é ilimitado, levando a vontade para além dos limites da compreensão do entendimento, o que pode resultar no erro.

Entretanto, Descartes explica que há, ainda, as ideias que nos parecem claras e distintas, mas não são. E dessa forma, o erro acontece através de um mau uso do livre-arbítrio. Por fim, conclui-se que a natureza do erro é fruto de uma limitação do entendimento mais a extensão ilimitada da vontade, o que confirma a terceira hipótese epistemológica, aquela que se refere à privação de alguns conhecimentos.

Chegando a essa conclusão, Descartes parte para a análise metafísica. Ele desenvolve quatro argumentos para tentar provar que a causa dos nossos erros não provém de Deus. Primeiramente, ele explica que é natural um entendimento finito não compreender uma infinidade de coisas e, por isso, não devemos culpar Deus por nossos erros. Em seguida, ele defende que não temos razões para lastimar o fato de nossa vontade ser mais ampla que o entendimento, pois é através dessa natureza ilimitada que nos reconhecemos imagem e semelhança de Deus, o que nos leva a não participação Dele na privação do erro existente em nós. Logo mais, Descartes diz que os juízos pelos quais nos enganamos são verdadeiros e absolutamente bons na medida em que dependem de Deus, havendo mais perfeição em poder errar do que não poder. Por fim, ele esclarece que a privação não tem origem divina pelo fato de não se tratar de uma coisa ou um ser, mas se trata apenas da ausência de privações, de perfeições; e se temos Deus como causa dessa privação, deve-se entendê-la como uma simples negação.

Desse modo, Descartes defende não ser Deus a causa dos nossos erros, pois seria totalmente contrária a Sua natureza (de Deus). Conclui, portanto, que a natureza do erro consiste numa privação de certos conhecimentos que deveríamos possuir.

6. A ESSÊNCIA DAS COISAS MATERIAIS

Depois de descobrir o que é ou não necessário para o conhecimento da verdade, Descartes continua em mais uma de suas *Meditações*, a fim de investigar se não é possível conhecer nada de certo no que diz respeito às coisas materiais.

Para isso, ele afirma ser necessário considerar suas ideias na medida em que elas estão em seu próprio pensamento para poder ver quais são ideias claras e quais são ideias confusas e, a partir disto, analisar se estas coisas realmente existem fora de si mesmo.

Ao imaginar certa quantidade, largura, profundidade ou comprimento das coisas, Descartes explica que tem a sensação de não estar aprendendo algo novo, mas apenas de se lembrar de algo já conhecido anteriormente, como se isto já estivesse presente em seu espírito, mesmo sem ter dirigido seu pensamento para estas mesmas coisas.

Descartes ressalta que o mais importante é o fato de poder encontrar em si mesmo uma infinidade de coisas que não podem ser consideradas simplesmente como um puro nada, ainda que estas coisas não tenham existência real, de fato, fora do pensamento, pois embora ele tenha liberdade para pensá-las ou não, a sua natureza não deixa de ser verdadeira e imutável. A respeito disso, Descartes explica o seguinte:

[...] quando imagino um triângulo, mesmo que, fora de meu pensamento, uma tal figura talvez não exista em lugar algum do mundo e que jamais tenha existido, não deixa, contudo, de haver uma certa natureza ou forma, ou essência determinada, dessa figura, a qual é imutável e eterna, que eu não inventei absolutamente e que não depende, de forma alguma, de meu espírito [...]. (DESCARTES, 2000, p. 304)

Entretanto, esse argumento não é válido o suficiente para que se possa provar a existência de Deus. Contudo, Descartes permanece convicto e determinado em provar a existência de Deus ao ponto de afirmar que ainda que todas as suas Meditações feitas até o momento fossem tidas como falsas, a existência de Deus se apresenta como sendo tão verdadeira quanto todas as verdades matemáticas.

Com isso, o filósofo entra na questão da relação existente entre a essência e a existência das coisas. Assim, ele afirma que a essência de Deus não pode ser separada de sua existência da mesma maneira que a essência de um triângulo não pode ser separada da grandeza de seus três ângulos. E isso não pode ser, simplesmente, coisa de um pensamento, como afirma Descartes na seguinte passagem:

[...] enquanto do simples fato de eu não poder conceber Deus sem existência resulta que a existência lhe é inseparável, e, portanto, que existe verdadeiramente: não que meu pensamento possa fazer que isso seja assim, e que imponha às coisas qualquer necessidade; mas, ao contrário, porque a necessidade da própria coisa, ou seja, da existência de deus, determina meu pensamento a concebê-lo dessa maneira. (DESCARTES, 2000, p. 307)

Descartes prossegue dizendo que há uma enorme diferença entre falsas suposições e ideias verdadeiras e inatas, nas quais a ideia de Deus corresponde às últimas, sendo vista como a primeira e mais importante de todas as ideias.

Ele reforça sempre a ideia da existência de Deus defendendo o seguinte:

[...] depois de haver reconhecido existir um Deus, porque ao mesmo tempo me convenci também de que todas as coisas dependem dele e que Ele não é um embusteiro, e que, em seguida a isso, considere que tudo quanto concebo clara e distintamente não pode deixar de ser verdadeiro [...]. (DESCARTES, 2000, p. 311)

Ao fim de sua meditação, Descartes reconhece de forma certa e clara que toda a verdade da ciência é dependente do conhecimento do verdadeiro Deus e é só através desse reconhecimento que se pode chegar a uma ciência perfeita.

7. A EXISTÊNCIA DAS COISAS MATERIAIS E A RELAÇÃO MENTE/CORPO

Em sua sexta e última *Meditação*, Descartes trata da existência das coisas materiais, ou corpóreas, e esclarece detalhadamente acerca da distinção entre mente e corpo, que corresponde ao famoso dualismo¹⁴ cartesiano.

O filósofo começa com a afirmação de que as coisas materiais existem de fato, uma vez que são consideradas objetos de demonstração da geometria. Entretanto, é à imaginação que ele atribui a consideração das coisas materiais, pois a imaginação não é outra coisa senão a aplicação da faculdade de conhecer o corpo. Com isso, ele difere a imaginação do simples ato de conceber ou compreender algo, citando o exemplo de um triângulo e comparando-o a um quiliógono:

[...] Quando quero pensar em um quiliógono, concebo com tanta facilidade que se trata de uma figura de mil lados quanto concebo que um triângulo é uma figura de apenas três lados; mas não consigo imaginar os mil lados de um quiliógono como faço com os três lados de um triângulo, nem vê-los como presentes com os olhos de meu espírito. (DESCARTES, 2000, p. 314)

Em outras palavras, sempre que penso em alguma coisa corpórea, recorro à imaginação para que possa concebê-la em meu espírito. Descartes reconhece, ainda, que a imaginação depende do espírito, dizendo:

Portanto, sei com clareza que preciso de especial competência do espírito para imaginar, da qual não faço uso de maneira alguma para conceber [...]. (DESCARTES, 2000, p. 314)

E esta competência especial do espírito é que mostra com clareza a diferença entre uma imaginação, um ato de conceber ou uma pura concepção.

Descartes segue em sua meditação propondo seguir três pontos: lembrar, analisar e considerar. Primeiro, lembrar das coisas que até agora ele considerou como verdadeiras;

¹⁴ Rótulo mais comum dado à ideia cartesiana de que há dois tipos de substância, mente (ou “substância pensante”) e corpo (ou “substância extensa”), cujas naturezas são radicalmente opostas. (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 55)

segundo, analisar as razões que o colocaram diante das dúvidas; e terceiro, considerar o que deve crer ou não acerca das coisas de agora em diante.

Com isso, ele se dá conta de que é composto por uma extensão material ou corpórea, conhecida como corpo, que, por sua vez, possui certas qualidades, atributos, emoções, paixões, percepções, sensações e movimentos. Estes se apresentam em seu pensamento sem consentimento algum, só podendo percebê-los através dos sentidos. Descartes reconhece, então, que as ideias recebidas através desses sentidos eram mais vivas e mais claras do que aquelas que ele mesmo podia simular em suas meditações ou que estivessem guardadas em sua memória.

Descartes se recorda que, por muito tempo, se valeu mais dos sentidos do que da própria razão, reconhecendo também que as ideias formadas por ele mesmo não eram tão manifestas quanto as ideias que ele próprio recebia por meio dos sentidos, pensando que não poderia existir ideia alguma em seu espírito que antes não tivesse passado por seus sentidos.

Descartes prossegue sua análise, explicando:

[...] com alguma razão que eu julgava que este corpo (que, por um certo direito particular, eu chamava de meu) me pertencia mais propriamente e mais estreitamente do que outro qualquer. Porque, com efeito, eu nunca poderia ser separado dele como dos outros corpos; sentia nele e por ele todos os meus apetites e todas as minhas doenças; e, afinal, eu era atingido por sentimentos de prazer e de dor em suas partes e não nas dos outros corpos que são separados dele. (DESCARTES, 2000, pp. 317-318)

Segundo ele, as ideias recebidas pelos sentidos não dependiam de sua vontade, mas nem por isso significava que elas provinham de coisas diferentes dele. O que distingue o corpo (*res-extensa*) da mente (*res-cogitans*) é que o primeiro possui a propriedade da extensão, enquanto a segunda se caracteriza pelo pensamento. Assim, o corpo tem extensão e não pensa, enquanto a mente não tem extensão e pensa. Descartes, então, concebe a si mesmo como uma coisa que pensa e é inextensa.

Em outras palavras, a essência do corpo é a extensão, pois é o que permanece no que é corpóreo quando há mudança, a exemplo da cera derretida. Já a essência da mente é o pensamento, pois é o que permanece quando tudo se retira, como na dedução que resulta o "*cogito, ergo sum*". Tanto o pensamento, como o corpo são concebidos na mente do homem, que Descartes menciona como alma. Isto significa que a mente não necessita de um corpo para se conceber como existente e para examinar a si mesma, pois o "*espírito é mais fácil de conhecer do que o corpo*".

Para Descartes, portanto, o corpo e a mente são duas substâncias distintas. Isto significa que corpo e mente podem existir de forma independente, pois uma substância não

depende da outra para existir. Porém, ele defende que haja uma certa interação entre ambos. Para ele a mente era uma unidade e, por isso, deveria interagir com o corpo em um único ponto. Sua pesquisa o levou a acreditar que esse ponto era o cérebro (mais precisamente a glândula pineal¹⁵), pois percebeu que as sensações viajavam até ele, onde surgiam os movimentos. Descartes raciocina que, sendo ambos substâncias e a mente (alma) imortal, então ela abandona o corpo quando este se corrompe e pára de funcionar. O corpo seria como uma máquina utilizada pela mente.

8. CONCLUSÃO

Diante da análise das *Meditações* cartesianas, concluímos que só é possível provar e reconhecer algo como certo quando não houver nenhuma sombra de dúvida. É seguindo esse raciocínio, que Descartes chega a três conclusões: (1) as coisas relativas ao espírito são conhecidas por meio do puro entendimento; (2) as coisas relativas ao corpo são conhecidas por meio do entendimento mais o auxílio da imaginação; e (3) as coisas relativas à interação mente/corpo são conhecidas com obscuridade pelo entendimento, mas com clareza pelos sentidos.

No que diz respeito à existência de Deus, o filósofo não se intimida em deixar clara a importância que ele atribui a mesma, sustentando essa ideia e provando de forma racional que Deus existe de fato e que todas as outras coisas dependem inteiramente de Sua existência.

Para Descartes, a ideia da existência de Deus é inata em nós. Ele defende sua teoria, afirmando que “*o ser objetivo de uma ideia não pode ser produzido por um ser que existe apenas em potência*” (DESCARTES, 1983, p. 117), isto é, para Descartes não é possível que um ser imperfeito e finito possa conceber um ser perfeito, infinito e com tantas outras qualidades e atributos sem que esse pensamento tenha sido colocado, necessariamente, em mim por Ele mesmo (Deus). Uma das provas disso, é que se a minha existência não dependesse de outro ser, certamente eu não me perderia em meio às dúvidas e, muito menos, cairia nos erros ou, ainda, também não seria enganado por meus próprios sentidos.

¹⁵ Descartes escreve em *As Paixões da Alma*: “é preciso reconhecer que, embora a alma esteja unida ao corpo como um todo, há neste uma parte em que ela exerce as suas funções mais particularmente do que em todas as outras... Após um cuidadoso exame da questão, penso ter demonstrado que essa parte não é o coração, ou o cérebro no seu conjunto, mas apenas a parte mais interior do cérebro, que é uma pequena glândula, situada no meio de sua substância e acima do canal por onde os espíritos das suas concavidades anteriores comunicam-se com aqueles das suas concavidades posteriores” (art. 31). (COTTINGHAM, John. Dicionário Descartes, 1995, p. 74)

Com respeito ao dualismo cartesiano, no qual corpo e mente são substâncias completamente distintas, o corpo é formado por matéria física e, por isso, possui propriedades e atributos que qualquer outra matéria corpórea possui, como tamanho, peso, movimento, etc. Dessa forma, as leis que regem a física, também regem o corpo humano. A mente é de natureza imaterial, isto é, não possui forma, peso ou medida. Porém, ela é constituída da capacidade de pensar e de outros processos cognitivos, proporcionando ao ser humano informações sobre o mundo exterior.

Essa capacidade de pensamento é a responsável por separar a mente de todo o mundo físico e, por isso, para estudá-la é necessário saber separar as reações físicas das emocionais. Como a mente possui as capacidades de pensamento, percepção e vontade, ela influencia o corpo e é influenciada por ele. Em outras palavras, quando pensamos em executar alguma ação, essa decisão tomada pelo pensamento influencia uma determinada parte do corpo para que a ação seja realizada. Da mesma forma, quando o corpo recebe algum estímulo, a mente capta-o e responde de forma adequada, como quando vemos a luz, por exemplo.

Para Descartes, o único ato verdadeiro produzido pela mente é o pensamento. E pela mente ser definida, por ele mesmo, como uma unidade, então seria necessário que ela interagisse com o corpo em um único ponto localizado no cérebro, que seria a glândula pineal.

Descartes explica que acerca da interação corpo/mente, aplica-se às paixões. Ele utiliza o termo “paixão” em sentido de emoção e percepção, designando sentimentos como amor, ódio, alegria, tristeza, dor, etc. Desse modo, a mente está relacionada aos atos de consciência como percepção, dúvida, afirmação, desejo, imaginação, sentimento, etc. e o corpo está relacionado à matéria e aos processos puramente físicos como os movimentos, a respiração, os batimentos, etc.

Com isso, compreendemos que ambas as substâncias interagem de alguma forma, na medida em que uma modificação física acarreta também uma modificação na mente.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 1998.

COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes**. Tradução de Helena Martins. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

DESCARTES, René. **Discurso do Método/As Paixões da Alma**. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

DESCARTES, René. **Meditações**. Ed. São Paulo: Abril, 1983. (Os Pensadores)

DESCARTES, René. **Meditações**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.